Reichsgesetzblatt

Teil II

1925	Ausgegeben zu Berlin, den 28. Februar 1925	Nr. 10

Inhalt: Gesetz über die Verlängerung der Gültigkeitsdauer und Abänderung des deutsch-portugiesischen vorläufigen Handelsübereinkommens vom 28. April 1923. S. 93. — Bekanntmachung über den Schutz von Erfindungen, Mustern und Warenzeichen auf einer Ausstellung. S. 98. — Bekanntmachung wegen der Ratifikation des deutsch-polnischen Abkommens über Staatsangehörigkeits- und Optionsfragen. S. 98.

Gesetz über Verlängerung der Gültigkeitsdauer und Abänderung des deutsch-portugiesischen vorläufigen Handelsübereinkommens vom 28. April 1923. Vom 24. Februar 1925.

Der Reichstag hat das folgende Gesetz beschlossen, das mit Zustimmung des Reichsrats hiermit verkündet wird:

Artikel 1

Dem Notenwechsel vom 31. Dezember 1924 zwischen der Reichsregierung und der Portugiesischen Regierung wegen Verlängerung der Gültigkeitsdauer des am 28. April 1923 unterzeichneten deutsch-portugiesischen vorläufigen Handelsübereinkommens (Reichsgesetzbl. 1923, II S. 309 ff.) bis zum 2. Januar 1926 und wegen Abänderung dieses Abkommens wird zugestimmt. Der Notenwechsel wird nachstehend veröffentlicht.

Artikel 2

Dieses Gesetz tritt mit dem Tage nach der Verkündung in Kraft.

Berlin, den 24. Februar 1925.

Der Reichspräsident

In Vertretung

Dr. Luther,

Reichskanzler

Der Reichsminister des Auswärtigen

Dr. Stresemann

Note

des Portugiesischen Ministeriums des Äußern an die Deutsche Gesandtschaft in Lissabon.

Ministerio dos Negócios Estrangeiros
Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares
Ia Repartição Processo No 378/20

Lisboa, 31 de Dezembro de 1924.

Senhor Ministro.

Aguardando a conclusão de um tratado de comércio e navegação entre a Alemanha e Portugal, tenho a honra de declarar a V. Exa. que o Govêrno Português aceita a prorrogação do acôrdo

Übersetzung

Ministerium des Äußern
Generaldirektorium der Handels- und Konsularangelegenheiten
Abteilung I Nr. 378/20

Lissabon, den 31. Dezember 1924.

Herr Gesandter!

In Erwartung des Abschlusses eines Handels- und Schiffahrtsvertrags zwischen Portugal und Deutschland habe ich die Ehre, Euerer Exzellenz mitzuteilen, daß die Portugiesische Regierung die Verlängerung des Handels-

comercial de 28 Abril de 1923, com as seguintes alterações e cláusulas adicionais:

a) Os produtos do solo e da indústria de Portugal e ilhas adjacentes gozarão na Alemanha do tratamento da nação mais favorecida, tanto pelo que respeita aos direitos de importação, como aos contingentes, direitos internos ou qualquer outro benefício análogo concedido ou que se venha a conceder a uma terceira potência. Igual regime será aplicado aos produtos das colónias portuguesas, quer sejam importados directamente dessas colónias, quer sejam reexportados da metrópole. As mercadorias portuguesas não estarão sujeitas na Alemanha a nenhuma sobretaxa especial. A Alemanha terá o tratamento da nação mais favorecida para a importação das mercadorias descritas nas tabelas anexas às declarações comerciais de Portugal com a Noruega e os Países-Baixos, emquanto estes acordos estiverem em vigor. As mercadorias de origem alemã gozarão em Portugal do tratamento da nação mais favorecida pelo que respeita aos contingentes, direitos internos ou qualquer outro benefício análogo concedido ou que se venha a conceder a uma terceira potência, com excepção da Espanha ou do Brasil. Nas colónias portuguesas as mercadorias alemãs serão tratadas como as mercadorias das outras nações;

b) A redução de 25 por cento das taxas do imposto de comércio marítimo será concedida à Alemanha emquanto a navegação portuguesa tiver nos portos alemães o tratamento da nação mais favorecida;

c) Os vinhos do Pôrto e Madeira não pagarão na Alemanha qualquer taxa aduaneira superior a 25 marcos por 100 quilogramas, emquanto estiver em vigor o actual acôrdo entre a Alemanha e a Espanha;

d) Os ananases exportados de Portugal, ilhas adjacentes e colónias não pagarão na Alemanha qualquer taxa aduaneira superior a 4 marcos por 100 quilogramas;

e) O Govêrno Alemão concederá a todos os vinhos portugueses licenças de importação, se forem necessárias, sem limete de quantidade. Pelo que respeita às proïbições de importação que estiverem em vigor nos dois países, as mercadorias alemãs gozarão em Portugal, e as mercadorias portuguesas gozarão na Alemanha, do tratamento da nação mais favorecida, sendo-lhes aplicada imediatemente e sem compensação qualquer supensão de proïbição de entrada concedida, mesmo a título temporário, a uma terceira potência;

f) O Govêrno Português proïbirá a denominação de «Solingen» dada à cutilaria que não fôr fabricada na Alemanha;

g) Os vistos das autoridades administrativas e consulares nos passaportes dos nacionais dos dois países serão válidos par um ano;

h) O Govêrno Português estudará a possibilidade de exceptuar de direitos de importação e de

abkommens vom 28. April 1923 mit den folgenden Änderungen und Zusätzen annimmt:

a) Die Boden- und Gewerbeerzeugnisse Portugals und der anliegenden Inseln werden hinsichtlich der Einfuhrzölle, Kontingente, innerer Abgaben oder irgendeiner anderen ähnlichen Vergünstigung, die einer dritten Macht zugestanden ist oder eingeräumt werden wird, in Deutschland ebenso behandelt werden wie diejenigen der meistbegünstigten Nation. Dieselbe Behandlung werden die portugiesischen Kolonialprodukte erfahren, sei es, daß die Einfuhr direkt aus den Kolonien oder über das Mutterland erfolgt. Die portugiesischen Waren werden in Deutschland keinem besonderen Zollzuschlag unterworfen werden. Deutschland wird für die Waren, die in den den Handelsabkommen zwischen Portugal und Norwegen und den Niederlanden beigefügten Listen aufgezählt sind, bei der Einfuhr die Rechte der meistbegünstigten Nation so lange genießen, als diese Abkommen in Kraft sein werden. Die Waren deutschen Ursprungs werden in Portugal bezüglich der Kontingente, inneren Abgaben oder bezüglich jeder anderen ähnlichen Vergünstigung, die einer dritten Macht zugestanden ist oder eingeräumt werden wird, mit Ausnahme Spaniens und Brasiliens, ebenso wie die der meistbegünstigten Nationen behandelt. In den portugiesischen Kolonien werden die deutschen Waren ebenso wie die der anderen Nationen behandelt werden.

b) Deutschland wird die Herabsetzung der Sätze der Seehandelsabgabe um 25 vom Hundert zugestanden erhalten, solange die portugiesische Schiffahrt in den deutschen Häfen meistbegünstigt behandelt wird.

c) Die Porto- und Madeiraweine werden in Deutschland keinen höheren Zollsatz als 25 Mark für 100 Kilogramm bezahlen, solange das gegenwärtige deutsch-spanische Handelsabkommen in Kraft ist.

d) Die aus Portugal, den anliegenden Inseln und den Kolonien ausgeführten Ananas werden in Deutschland keinen höheren Zoll als 4 Mark für 100 Kilogramm bezahlen.

e) Die Deutsche Regierung wird, falls erforderlich, allen portugiesischen Weinen Einfuhrerlaubnisse gewähren ohne Beschränkung der Menge. Bezüglich der in den beiden Ländern in Kraft befindlichen Einfuhrverbote werden die deutschen Waren in Portugal und die portugiesischen Waren in Deutschland meistbegünstigt behandelt werden, wobei auf sie unverzüglich und ohne Kompensation jede Aufhebung eines Einfuhrverbots Anwendung finden wird, die, sei es auch vorübergehend, einer dritten Macht gewährt wird.

f) Die Portugiesische Regierung wird die Bezeichnung »Solingen« für nicht in Deutschland hergestellte Messerwaren verbieten.

g) Die Visen der Verwaltungs- und Konsularbehörden für Pässe der Staatsangehörigen der beiden Länder werden für ein Jahr Gültigkeit haben.

h) Die Portugiesische Regierung wird die Möglichkeit der zollfreien Ein- und Ausfuhr ohne Punzierungs-

exportação e das operações de contraste os objectos em metal precioso de liga diferente importados como amostras pelos viajantes de comércio e que sejam reexportados sem ter sido vendidos;

i) O Govêrno Português estudará a possibilidade de reduzir os direitos de importação sôbre os artigos de porcelana, faiança e esmalte e sôbre as rêdes de pesca;

j) Os Consulados de Portugal na Alemanha cobrarão os emolumentos consulares em marcos-ouro ao curso oficial do dólar;

k) O presente acôrdo será válido por doze meses, entrando em vigor dois dias depois de assinado, devendo ser ratificado por parte da Alemanha. O Govêrno Alemão empenhar-se há para que se realize a ratificação com a maior brevidade possivel. As duas Partes Contratantes obrigam-se a providenciar em tudo que fôr necessário para que dois dias depois de assinado êste acôrdo sejam postas em vigor as medidas administrativas necessárias à sua plena execução. Por sua vez a Alemanha obriga-se a dar a êste acôrdo efeito retroactivo, restituindo aos interesados os direitos alfandegários que, por falta de ratificação, haja cobrado em excesso a partir do segundo dia a contar da sua assinatura até o dia dessa ratificação.

No caso de Portugal conceder a uma terceira potência, com execpção da Espanha ou do Brasil, durante o presente acôrdo, favores, privilégios ou reduções de que a Alemanha não deva beneficiar igualmente, a Alemanha terá o direito de denunciar êste acôrdo com um mês de antecipação.

Tenho a honra de communicar a V. Exa. que o Govêrno Português considera celebrado o acôrdo por esta nota e pelo nota corespondente que V. Exa. me entregará.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Exa. os protestos da minha alta consideração.

gez. **João de Barros.**

Senhor Dr. E. A. Voretzsch,
Enviado Extraordinário e Ministro
Plenipotenciário.

zwang für Edelmetallwaren verschiedenen Feingehalts prüfen, die als Muster durch Handlungsreisende eingeführt und, ohne verkauft worden zu sein, wieder ausgeführt werden.

i) Die Portugiesische Regierung wird die Möglichkeit prüfen, die Einfuhrzölle auf Porzellan-, Steingut- und Emailleartikel sowie auf Fischernetze herabzusetzen.

j) Die portugiesischen Konsulate in Deutschland werden die Konsulargebühren in Reichsmark zum offiziellen Dollarkurs berechnen.

k) Das gegenwärtige Abkommen wird für zwölf Monate gültig bleiben, es tritt zwei Tage nach der Unterzeichnung in Kraft und muß von seiten Deutschlands ratifiziert werden. Die Deutsche Regierung wird die Ratifizierung nach Möglichkeit beschleunigen. Die beiden vertragschließenden Teile verpflichten sich, alle notwendigen Maßnahmen zu ergreifen, damit zwei Tage nach der Unterzeichnung dieses Abkommens die nötigen Verwaltungsmaßnahmen zwecks seines Inkrafttretens veranlaßt sind. Seinerseits verpflichtet sich Deutschland, diesem Abkommen rückwirkende Kraft beizulegen, indem den Interessenten die Zollbeträge zurückvergütet werden, die mangels Ratifizierung vom 2. Tag nach der Unterzeichnung bis zum Tage der Ratifizierung zuviel erhoben worden sind.

Sollte Portugal einer dritten Macht, außer Spanien und Brasilien, während der Dauer des gegenwärtigen Abkommens Vergünstigungen, Vorrechte oder Ermäßigungen einräumen, an denen Deutschland nicht in gleicher Weise teilnimmt, so steht Deutschland das Recht zu, dieses Abkommen mit einmonatiger Kündigungsfrist zu kündigen.

Ich habe die Ehre, Euerer Exzellenz mitzuteilen, daß die Portugiesische Regierung das Abkommen durch diese Note und durch eine entsprechende Note, die Euere Exzellenz mir übergeben werden, als unterzeichnet ansieht.

Ich benutze die Gelegenheit, um Euerer Exzellenz die Versicherung meiner ausgezeichneten Hochachtung zu erneuern.

gez. **João de Barros.**

Herrn Dr. E. A. Voretzsch,
Außerordentlichen Gesandten
und Bevollmächtigten Minister.

Note

der Deutschen Gesandtschaft in Lissabon an das Portugiesische Ministerium des Äußern.

Deutsche Gesandtschaft.
J.No 1931.

Lisbonne, le 31 décembre 1924.

Monsieur le Ministre,

En attendant la conclusion d'un traité définitif de commerce et de navigation entre l'Allemagne et le Portugal, j'ai l'honneur de porter à la con-

Übersetzung

Deutsche Gesandtschaft
J.-Nr. 1931

Lissabon, den 31. Dezember 1924.

Herr Minister!

In Erwartung des Abschlusses eines endgültigen Handels- und Schiffahrtsvertrags zwischen Deutschland und Portugal habe ich die Ehre, Euerer Exzellenz mit-

naissance de Votre Excellence qu'il est convenu, de la part du Gouvernement Allemand, que l'accord de commerce du 28 avril 1923, après l'avoir modifié et complété en ce qui suit, sera prorogé.

a) Les produits du sol et de l'industrie portugaise et des îles adjacentes seront traités, quant aux droits d'entrée, aux contingents, aux droits intérieurs, ou à toute autre faveur analogue que l'Allemagne a accordée ou pourrait accorder à une tierce Puissance, sur le même pied que ceux de la nation la plus favorisée. Le même traitement sera appliqué aux marchandises coloniales portugaises importées en Allemagne, soit par voie directe soit par réexportation de la métropole. Les marchandises portugaises, à leur entrée en Allemagne, ne pourront être assujetties à aucune surtaxe spéciale. L'Allemagne bénéficiera pour les marchandises énumérées dans les tables adjointes aux accords de commerce conclus entre le Portugal et les Pays-Bas et le Portugal et la Norvège, lorsqu'elles seront importées au Portugal, des droits de la nation la plus favorisée aussi longtemps que ces accords seront en vigueur. Les marchandises d'origine allemande seront traitées au Portugal quant aux contingents, aux droits intérieurs ou à toute autre faveur analogue que le Portugal a accordée ou pourrait accorder à une tierce Puissance, sur le même pied que celles de la nation la plus favorisée, toutefois à l'exception des faveurs accordées à l'Espagne et au Brésil. Dans les colonies portugaises les marchandises allemandes seront traitées sur le même pied que celles des autres Puissances.

b) Le Gouvernement Portugais réduira de 25 % pour le pavillon allemand, pendant le temps durant lequel le pavillon portugais jouira dans les ports allemands du traitement de la nation la plus favorisée, les taxes de l'impôt de commerce maritime.

c) Les vins de Porto et de Madère ne paieront pas en Allemagne de droits plus élevés que 25 marks les 100 kilos aussi longtemps que l'accord germano-espagnol actuel sera appliqué.

d) Les ananas exportés du Portugal, des îles adjacentes et des colonies portugaises ne paieront en Allemagne pas de droits plus élevés que 4 marks les 100 kilos.

e) Le Gouvernement Allemand accordera à tous les vins portugais des permis d'importation, s'ils sont nécessaires, sans restriction de quantité. Quand aux prohibitions actuellement en vigueur dans les deux pays, les marchandises allemandes jouiront au Portugal et les marchandises portugaises en Allemagne du traitement de la nation la plus favorisée ; à elles sera appliquée immédiatement et sans compensation toute suppression d'une prohibition, quoique de courte durée, concédée à une tierce Puissance.

f) Le Gouvernement Portugais prohibera la dénomination de «Solingen», donnée aux coutelleries non fabriquées en Allemagne.

g) Les visa des autorités administratives et consulaires sur les passeports des ressortissants des deux pays seront valables pour une année.

zuteilen, daß die Deutsche Regierung ihre Zustimmung gibt, daß das Handelsabkommen vom 28. April 1923 mit den folgenden Änderungen und Zusätzen verlängert wird:

a) Die Boden- und Gewerbeerzeugnisse Portugals und der anliegenden Inseln werden hinsichtlich der Einfuhrzölle, Kontigente, inneren Abgaben oder irgendeiner anderen ähnlichen Vergünstigung, die Deutschland einer dritten Macht zugestanden hat oder einräumen könnte, ebenso behandelt wie diejenigen der meistbegünstigten Nation. Dieselbe Behandlung werden die in Deutschland eingeführten portugiesischen Kolonialprodukte genießen, sei es, daß die Einfuhr direkt oder über das Mutterland erfolgt. Die portugiesischen Waren werden bei ihrem Eintritt in Deutschland keinem besonderen Zollzuschlag unterworfen werden können. Deutschland wird für die Waren, die in den den Handelsabkommen zwischen Portugal und den Niederlanden und Portugal und Norwegen beigefügten Listen aufgezählt sind, bei der Einfuhr nach Portugal die Rechte der meistbegünstigten Nation so lange genießen, als diese Abkommen in Kraft sein werden. Die Waren deutschen Ursprungs werden in Portugal bezüglich der Kontingente, inneren Abgaben oder bezüglich jeder anderen ähnlichen Vergünstigung, die Portugal einer dritten Macht zugestanden hat oder einräumen könnte, ebenso wie diejenigen der meistbegünstigten Nation behandelt, jedoch stets mit Ausnahme der Spanien und Brasilien zugestandenen Vergünstigungen. In den portugiesischen Kolonien werden die deutschen Waren ebenso wie diejenigen der anderen Mächte behandelt werden.

b) Die Portugiesische Regierung wird die Sätze der Seehandelsabgabe für die deutschen Schiffe um 25 vom Hundert ermäßigen, solange die portugiesischen Schiffe in den deutschen Häfen meistbegünstigt behandelt werden.

c) Die Porto- und Madeiraweine werden in Deutschland keine höheren Sätze als 25 Mark für 100 Kilogramm bezahlen, solange das gegenwärtige deutsch-spanische Handelsabkommen Anwendung finden wird.

d) Die aus Portugal, den anliegenden Inseln und den portugiesischen Kolonien ausgeführten Ananas werden in Deutschland keinen höheren Zoll als 4 Mark für 100 Kilogramm bezahlen.

e) Die Deutsche Regierung wird, falls erforderlich, allen portugiesischen Weinen Einfuhrerlaubnisse gewähren ohne Beschränkung der Menge. Bezüglich der augenblicklich in den beiden Ländern in Kraft befindlichen Einfuhrverbote werden die deutschen Waren in Portugal und die portugiesischen Waren in Deutschland meistbegünstigt behandelt werden; auf sie wird unverzüglich und ohne Kompensation jede Aufhebung eines Verbots Anwendung finden, die, sei es auch von kurzer Dauer, einer dritten Macht gewährt wird.

f) Die Portugiesische Regierung wird die Bezeichnung »Solingen« für nicht in Deutschland hergestellte Messerwaren verbieten.

g) Die Visen der Verwaltungs- und Konsularbehörden für Pässe der Staatsangehörigen der beiden Länder werden für ein Jahr Gültigkeit haben.

h) Le Gouvernement Portugais étudiera la possibilité d'admettre en franchise de droits d'entrée et de sortie et sans subir le poinçonnage les objets en métal précieux d'un aloi différent qui seront importés comme échantillons par les voyageurs de commerce, à la condition que ces objets, sans avoir été vendus, soient réexportés.

i) Le Gouvernement Portugais étudiera la possibilité de diminuer les droits d'entrée sur les marchandises en porcelaine, faïence et émail ainsi que sur les filets de pêche.

j) Les consulats portugais en Allemagne percevront les droits de consulat en Reichsmark aux taux du change officiel du Dollar.

k) Le présent accord restera obligatoire pendant une période de 12 mois, à partir de 2 jours après la signature; il doit être ratifié de la part de l'Allemagne. Le Gouvernement Allemand prendra l'engagement de faire accélérer la ratification autant que possible. Les deux parties contractantes s'engagent à prendre toutes les mesures nécessaires, afin que deux jours après la signature de cet accord les dispositions administratives nécessaires à sa pleine exécution soient mises en vigueur. De son côté, l'Allemagne s'engage à donner l'effet rétroactif à cet accord en remboursant aux intéressés les droits de douane qui, faute de ratification, ont été perçus de trop, à partir du deuxième jour après la signature du présent accord jusqu'au jour de la ratification.

Dans le cas où le Portugal accorderait pendant la durée du présent accord, à une tierce Puissance, à l'exception de l'Espagne et du Brésil, des faveurs, des privilèges ou des abaissements dont l'Allemagne ne devrait pas profiter en même temps, l'Allemagne aurait le droit de notifier au Portugal son intention de mettre fin au présent accord après un délai d'un mois.

En portant à la connaissance de Votre Excellence que le Gouvernement Allemand considère le présent accord comme signé par cette note et par une note analogue qu'Elle voudra bien m'adresser, je profite de l'occasion, Monsieur le Ministre, pour renouveler à Votre Excellence les assurances de ma haute considération.

gez. **Voretzsch.**

Son Excellence Monsieur le Dr. João de Barros,
Ministre des Affaires Étrangères.

h) Die Portugiesische Regierung wird die Möglichkeit der zollfreien Ein- und Ausfuhr ohne Punzierungszwang für Edelmetallwaren verschiedenen Feingehalts prüfen, die als Muster durch Handlungsreisende eingeführt werden, unter der Bedingung, daß diese Gegenstände, ohne verkauft worden zu sein, wieder ausgeführt werden.

i) Die Portugiesische Regierung wird die Möglichkeit prüfen, die Einfuhrzölle auf Porzellan-, Steingut- und Emaillewaren sowie auf Fischernetze herabzusetzen.

j) Die portugiesischen Konsulate in Deutschland werden die Konsulargebühren in Reichsmark zum offiziellen Dollarkurs berechnen.

k) Das gegenwärtige Abkommen wird während der Dauer von zwölf Monaten in Kraft bleiben, beginnend zwei Tage nach der Unterzeichnung; es muß von seiten Deutschlands ratifiziert werden. Die Deutsche Regierung wird die Ratifizierung nach Möglichkeit beschleunigen. Die beiden vertragschließenden Teile verpflichten sich, alle notwendigen Maßnahmen zu ergreifen, damit zwei Tage nach der Unterzeichnung dieses Abkommens die nötigen Verwaltungsmaßnahmen zwecks seines Inkrafttretens veranlaßt sind. Seinerseits verpflichtet sich Deutschland, diesem Abkommen rückwirkende Kraft beizulegen, indem den Interessenten die Zollbeträge zurückvergütet werden, die mangels Ratifizierung vom zweiten Tage und der Unterzeichnung des gegenwärtigen Abkommens bis zum Tage der Ratifizierung zuviel erhoben worden sind.

Sollte Portugal während der Dauer des gegenwärtigen Abkommens einer dritten Macht, außer Spanien und Brasilien, Vergünstigungen, Vorrechte oder Ermäßigungen einräumen, die Deutschland nicht zu gleicher Zeit zugestanden werden, so würde Deutschland das Recht haben, das gegenwärtige Abkommen mit einmonatiger Kündigungsfrist zu kündigen.

Indem ich Euerer Exzellenz mitteile, daß die Deutsche Regierung das vorstehende Abkommen durch diese Note und durch eine entsprechende Note, die Euere Exzellenz mir übergeben werden, als unterzeichnet ansieht, benutze ich die Gelegenheit, Herr Minister, um Euerer Exzellenz die Versicherung meiner ausgezeichneten Hochachtung zu erneuern.

gez. **Voretzsch.**

Seiner Exzellenz Herrn Dr. João de Barros,
Minister der auswärtigen Angelegenheiten.

Note

der Deutschen Gesandtschaft in Lissabon an das Portugiesische Ministerium des Äußern.

Deutsche Gesandtschaft,
J. No. 1932.

Lisbonne, le 31 décembre 1924.

Monsieur le Ministre,

Pour faire suite à l'échange des notes d'aujourd'hui concernant la prorogation respectivement la modification de l'accord commercial du 28 avril 1923, j'ai l'honneur de faire savoir à Votre Excellence — pour éviter une interprétation douteuse — que, quant au bénéfice des droits réduits pour les vins de Porto et de Madère, la ratification par le Reichstag sera la condition pour la mise en vigueur desdits droits. Les droits de douane perçus de trop à partir du deuxième jour après la signature jusqu'au jour de la ratification seront remboursés aux intéressés. Le Gouvernement Allemand fera tout son possible pour accélérer cette ratification.

Veuillez agréer, Monsieur le Ministre, les assurances de ma haute considération.

gez. **Voretzsch.**

Son Excellence Monsieur le Dr. João de Barros,
Ministre des Affaires Etrangères.

Übersetzung

Deutsche Gesandtschaft
Nr. 1932

Lissabon, den 31. Dezember 1924.

Herr Minister!

Im Anschluß an den heutigen Notenwechsel, betreffend die Verlängerung beziehungsweise Abänderung des Handelsabkommens vom 28. April 1923, habe ich die Ehre, Euerer Exzellenz — um eine zweifelhafte Auslegung zu vermeiden — mitzuteilen, daß bezüglich der für die Porto- und Madeiraweine eingeräumten niedrigen Zollsätze die Ratifizierung durch den Reichstag die Bedingung für ihre Inkraftsetzung darstellt. Die vom zweiten Tage nach der Unterzeichnung bis zum Tage der Ratifizierung zuviel erhobenen Zollbeträge werden den Interessierten zurückerstattet werden. Die Deutsche Regierung wird die Ratifizierung mit möglichster Beschleunigung herbeiführen.

Genehmigen Sie, Herr Minister, die Versicherung meiner ausgezeichneten Hochachtung.

gez. **Voretzsch.**

Seiner Exzellenz Herrn Dr. João de Barros,
Minister der Auswärtigen Angelegenheiten.

Bekanntmachung über den Schutz von Erfindungen, Mustern und Warenzeichen auf einer Ausstellung. Vom 25. Februar 1925.

Der durch das Gesetz vom 18. März 1904 (Reichsgesetzbl. S. 141) vorgesehene Schutz von Erfindungen, Mustern und Warenzeichen tritt ein für die vom 4. bis einschließlich 7. April 1925 in Wesel stattfindende Sechste Niederrheinische Messe.

Berlin, den 25. Februar 1925.

Der Reichsminister der Justiz
In Vertretung
Dr. Joël

Bekanntmachung wegen der Ratifikation des deutsch-polnischen Abkommens über Staatsangehörigkeits- und Optionsfragen. Vom 19. Februar 1925.

Das am 30. August 1924 in Wien unterzeichnete deutsch-polnische Abkommen über Staatsangehörigkeits- und Optionsfragen (Reichsgesetzbl. 1925 II S. 33) ist ratifiziert worden. Der Austausch der Ratifikationsurkunden hat am 31. Januar 1925 in Warschau stattgefunden.

Berlin, den 19. Februar 1925.

Der Reichsminister des Auswärtigen
In Vertretung
von Schubert

Das Reichsgesetzblatt erscheint in zwei gesonderten Teilen — Teil I und Teil II —, die je für sich durch die Postanstalten zu beziehen sind. Der Bezugspreis beträgt für Teil I vierteljährlich 2,00 RM, für Teil II vierteljährlich 1,20 RM.

Einzelne Nummern des Reichsgesetzblatts sowie ältere Vierteljahrgänge und Jahrgänge können durch die Postanstalten oder beim Gesetzsammlungsamt, Berlin NW, Scharnhorststraße 4, bezogen werden. Der Preis wird nach der Bogenzahl berechnet.

Herausgegeben vom Reichsministerium des Innern. — Gedruckt in der Reichsdruckerei, Berlin.

Reichsgesetzblatt

Teil II

1925	Ausgegeben zu Berlin, den 2. März 1925	Nr. 11

Inhalt: Bekanntmachung über Änderung und Ergänzung der Prozeßordnung des Deutsch-Englischen Gemischten Schiedsgerichtshofs. S. 99.

Bekanntmachung über Änderung und Ergänzung der Prozeßordnung des Deutsch-Englischen Gemischten Schiedsgerichtshofs. Vom 27. Februar 1925.

Der Deutsch-Englische Gemischte Schiedsgerichtshof hat am 20. Februar 1925 beschlossen, seine Prozeßordnung vom 4. September 1920 (Reichsgesetzbl. 1920 S. 1872) durch die nachstehenden Bestimmungen zu ändern und zu ergänzen:

I. Amendments of the Rules of Procedure of the Anglo-German Mixed Arbitral Tribunal.

1. In Rule 1, after the words "the time within which claims are to be submitted to the Tribunal shall be as follows" insert:—

a) Within four months of the date of notification to the Creditor Clearing Office of final rejection of a claim in accordance with Articles 4 and 5 of the Agreement of 13th September 1924 between the British Government and the German Government, or in case such notification has been given before the date of publication of these amended rules within four months from the last mentioned date.

2. The present letters a, b, c and d of Rule 1 shall become letters b, c, d and e respectively.

3. At the end of Rule 1 insert:—

Such leave shall not be granted in any case coming within clause (a) of this Rule unless on an application made in that behalf within six months from the expiration of the prescribed period of four months the Tribunal is satisfied that the failure to lodge the claim within that period arose from circumstances in respect of which the creditor cannot justly be held responsible.

4. At the end of Rule 21 (b) insert:—

c) The Memorial, Response and all other documents forming part of the written proceedings and all communications addressed to the Tribunal shall be dated with the date on which they are despatched to the Secretariat.

5. In Rule 22 (3), "Cases under Article 296 Annex par. 16" before the words "the limita-

I. Änderungen im Texte der Prozeßordnung des Deutsch-Englischen Gemischten Schiedsgerichtshofs.

1. Im Artikel 1 ist nach den Worten „Klagen müssen bei dem Gerichtshof innerhalb folgender Fristen eingereicht werden" folgendes einzufügen:

a) Innerhalb von 4 Monaten von der Mitteilung der endgültigen Zurückweisung einer Forderung an das Gläubigeramt gemäß Artikel 4 und 5 des Abkommens zwischen der britischen und deutschen Regierung vom 13. September 1924, oder falls solche Mitteilung vor dem Tage der Veröffentlichung dieser Abänderung der Prozeßvorschriften erfolgt ist, innerhalb von 4 Monaten von diesem letztgenannten Datum.

2. Die jetzigen Unterabschnitte a, b, c und d von Artikel 1 erhalten die Bezeichnung b, c, d und e.

3. Am Schlusse von Artikel 1 ist einzufügen:

Eine derartige Genehmigung ist in den unter Ziffer a) behandelten Fällen dieses Artikels nicht zu gewähren, es sei denn, daß der Gerichtshof auf einen innerhalb von 6 Monaten nach Ablauf der festgesetzten Viermonatsfrist eingereichten dahingehenden Antrag die Überzeugung gewinnt, daß die Versäumung der Frist auf Umständen beruht, die gerechterweise der Gläubiger nicht zu vertreten hat.

4. Am Schlusse von Artikel 21 b) ist einzufügen:

c) Die Klageschrift, Klagebeantwortung und alle anderen Schriftsätze, welche einen Teil des schriftlichen Verfahrens bilden, sowie alle an den Gerichtshof gerichteten Mitteilungen erhalten das Datum der Absendung an das Sekretariat.

5. Im Artikel 22. 3. „Fälle nach § 16 der Anlage zum Artikel 296" erhält der mit den Worten „Die

tions of time" etc. insert "Save as provided by Rule 1, clause (a)".

6. At the end of Rule 40 insert:—

Within six calendar months from the date of the delivery of the copies of a judgment to the Government Agents, any party may deliver to the Tribunal a demand for the revision of the judgment on the ground of the discovery of evidence referring to allegations made by him before the judgment which, if known to the Tribunal when the case was before it previously, would have exercised a decisive effect upon its judgment and which could not by the exercise of reasonable diligence have been then produced by such party. If the Tribunal thinks that a primâ facie case for revision is disclosed in the demand, it will cause notice thereof to be given to the other parties concerned of the place and time when the Tribunal will hear the parties and decide upon the demand for revision. If the Tribunal decides in favour of revision, it will give such directions with regard thereto as may be necessary.

II. Rules of Summary Procedure.

A. In any claim or case presented to the Tribunal written notice may be given to the Secretariat by either Government Agent or any party that he desires the claim or case to be dealt with under the Tribunal's Rules of Summary Procedure. Such notice is hereinafter referred to as a Summary Notice.

In the case of joint Claimants or Respondents or joint Creditors or Debtors a Summary Notice given by one of them will be deemed sufficient.

B. A Summary Notice may be given at any stage of the proceedings but shall not be given after the respective Government Agents and the parties have received notice of the fixing of a date of hearing.

C. When a Summary Notice shall have been delivered to the Tribunal the Secretariat will forthwith cause a notification thereof to be forwarded to the Government Agent of each party. Such Government Agent shall acknowledge the receipt thereof to the Secretariat and shall effect service of the Notice on the party referred to and shall forthwith notify the Tribunal of such service and of the date thereof.

D. When a Summary Notice shall have been given any party or either Government Agent may within 21 days of the notification to him of the Summary Notice, forward to the Tribunal an objection in writing stating that he objects to the

durch diese Prozeßordnung bestimmten Fristen" beginnende Satz folgende Fassung:

Soweit nicht im Artikel 1 a) ein anderes bestimmt ist, finden die durch diese Prozeßordnung bestimmten Fristen auf diese Fälle keine Anwendung.

6. Am Schlusse von Artikel 40 ist einzufügen:

Innerhalb von 6 Monaten vom Tage der Zustellung der Urteilsausfertigungen an die Staatsvertreter kann jede Partei dem Gerichtshof einen Antrag auf Wiederaufnahme des Verfahrens einreichen. Der Antrag kann nur mit der Auffindung neuer Beweismittel für solche Behauptungen begründet werden, die bereits vor Erlaß des Urteils aufgestellt sind, vorausgesetzt, daß diese Beweismittel einen entscheidenden Einfluß auf das Urteil gehabt haben würden, wenn sie dem Gericht, als der Fall ihm vorlag, bekannt gewesen wären, und weiter vorausgesetzt, daß diese Beweismittel von der Partei auch bei Anwendung gehöriger Sorgfalt damals nicht hätten vorgelegt werden können. Nimmt der Gerichtshof an, daß der Antrag einen Wiederaufnahmegrund glaubhaft macht, benachrichtigt er die anderen Parteien, wo und wann er die Parteien anhören und über den Wiederaufnahmeantrag entscheiden wird. Läßt der Gerichtshof die Wiederaufnahme zu, so gibt er die entsprechenden weiteren Anweisungen.

II. Bestimmungen über das summarische Verfahren.

A. In jeder dem Gerichtshof eingereichten Klage kann dem Sekretariat durch jeden Staatsvertreter oder jede beteiligte Partei ein schriftlicher Antrag auf Erledigung des Falles nach den Vorschriften des Gerichtshofs über das summarische Verfahren eingereicht werden. Ein derartiger Antrag wird nachstehend als Antrag auf summarisches Verfahren bezeichnet.

Falls mehrere Kläger oder Beklagte oder mehrere Gläubiger oder Schuldner vorhanden sind, genügt es, wenn der Antrag von einem von ihnen gestellt wird.

B. Ein Antrag auf summarisches Verfahren kann in jeder Lage des Verfahrens gestellt werden, es sei denn, daß die beiderseitigen Staatsvertreter und Parteien bereits die Nachricht von der Anberaumung eines Termins zur mündlichen Verhandlung erhalten haben.

C. Wenn ein Antrag auf summarisches Verfahren beim Gerichtshof eingegangen ist, wird das Sekretariat unverzüglich den Staatsvertretern jeder Partei eine Benachrichtigung hierüber zugehen lassen. Jeder Staatsvertreter hat den Empfang dieser Benachrichtigung dem Sekretariat zu bestätigen, die Zustellung an den Antragsgegner zu bewirken und dem Gerichtshof von der erfolgten Zustellung und ihrem Datum unverzüglich Mitteilung zu machen.

D. Wenn ein Antrag auf summarisches Verfahren eingereicht ist, kann jede Partei und jeder Staatsvertreter innerhalb 21 Tage nach Empfang der Zustellung des Antrags dem Gericht einen Schriftsatz einreichen, worin er unter Darlegung seiner Gründe Widerspruch

claim or case being dealt with unter the Rules of Summary Procedure and the grounds of his objection.

E. When a new party has been joined in the proceedings after a Summary Notice has been given, the Secretariat will forthwith cause a notification of such Summary Notice to be forwarded to the new party in accordance with Rule *C* at his address for service or through his Government Agent. Such new party shall have the right within 21 days of the notification to him of the Summary Notice to forward to the Secretariat an objection in writing stating that he objects to the claim or case being dealt with under the Rules of Summary Procedure and the grounds of his objection.

F. In a case under paragraph 16 of the Annex to Article 296 of the Treaty, the Tribunal will on receipt of Notice of objection in accordance with Rule *D* or *E*, consider the grounds of objection and determine whether the case shall be dealt with under the Rules of Summary Procedure. In any other claim or case the receipt of notice of objection in accordance with Rule *D* or *E* shall be sufficient to prevent the application to the claim or case of the Rules of Summary Procedure.

G. If notice of objection is not forwarded to the Tribunal in accordance with Rule *D* or *E* or in a case under paragraph 16 of the Annex to Article 296 of the Treaty, if the Tribunal so determine under Rule *F*, the claim or case and all proceedings shall be subject to the following special Rules of Procedure:

H. In any claim or case subject to the Rules of Summary Procedure the parties shall deliver written proceedings in accordance with the Ordinary Rules of the Tribunal except as varied by the Rules of Summary Procedure. The written proceedings must include

(a) all material facts,
(b) all documents and other evidence on which the parties rely,
(c) any reasoned arguments or legal contentions which the parties wish to submit to the Tribunal.

All written proceedings and other documents shall be presented to the Tribunal in seven copies. All documents not in English shall be accompanied by a translation in English in seven copies.

J. If in any claim or case not already subject to the Rules of Summary Procedure a Summary Notice shall be served after delivery of any written proceedings in the claim or case, either Government Agent or any party who wishes to deliver any statement of facts, or a reasoned argument in writing, or any written evidence, shall be at liberty to do so within 30 days of the receipt of the Summary Notice or within the time limited for any Response, Reply or Rejoinder which he may be entitled to deliver under the Ordinary Rules of the Tribunal.

dagegen erhebt, daß dieser Fall im summarischen Verfahren erledigt wird.

E. Tritt nach Stellung des Antrags auf summarisches Verfahren eine neue Partei dem Rechtsstreit bei, so stellt das Sekretariat unverzüglich der neuen Partei eine Mitteilung über den Antrag auf summarisches Verfahren gemäß Artikel C zu. Diese Zustellung kann entweder unmittelbar an die Zustellungsadresse der neuen Partei oder durch Vermittlung des zuständigen Staatsvertreters erfolgen. Die neue Partei ist berechtigt, binnen 21 Tagen nach Empfang dieser Zustellung beim Sekretariat einen Schriftsatz einzureichen, worin sie unter Darlegung ihrer Gründe Widerspruch dagegen erhebt, daß der Fall nach den Regeln über das summarische Verfahren erledigt wird.

F. Bei einer Klage aus § 16 der Anlage zu Artikel 296 des Versailler Vertrags prüft der Gerichtshof nach Eingang eines Widerspruchs gemäß Artikel D oder E die Gründe für diesen Widerspruch und entscheidet, ob der Fall nach den Regeln über das summarische Verfahren erledigt werden soll. Bei jeder anderen Klage genügt ein gemäß Artikel D oder E eingereichter Widerspruch, um die Anwendung der Regeln über das summarische Verfahren auszuschließen.

G. Falls ein Widerspruch gemäß Artikel D oder E dem Gerichtshof nicht eingereicht wird oder falls in einer Klage nach § 16 des Anhanges zu Artikel 296 der Gerichtshof den Widerspruch gemäß Artikel F zurückgewiesen hat, finden auf das weitere Verfahren die folgenden besonderen Verfahrensvorschriften Anwendung:

H. In jeder nach den Regeln über das summarische Verfahren zu erledigenden Sache sollen die Parteien Schriftsätze in Gemäßheit der Vorschriften über das ordentliche Verfahren einreichen, soweit nicht die Vorschriften über das summarische Verfahren ein anderes bestimmen. Die Schriftsätze müssen enthalten:

a) alle wesentlichen Tatsachen;
b) alle Urkunden und weiteren Beweismittel, auf welche die Parteien sich berufen;
c) alle rechtlichen Ausführungen, welche die Parteien dem Gerichtshof zu unterbreiten wünschen.

Alle Schriftsätze und sonstigen Urkunden sind dem Gerichtshof in 7 Stücken einzureichen. Allen Urkunden in anderer als in englischer Sprache ist eine englische Übersetzung in 7 Stücken beizufügen.

J. Falls in einer bereits im ordentlichen Verfahren anhängigen Sache, in welcher Schriftsätze eingereicht sind, ein Antrag auf summarisches Verfahren gestellt wird, kann jeder Staatsvertreter und jede Partei, welche weitere Darlegungen tatsächlicher oder rechtlicher Art oder weitere Beweise dem Schiedsgerichtshof vorzulegen wünschen, dieses entweder innerhalb 30 Tage nach Empfang des Antrags auf summarisches Verfahren oder, falls sie unter den ordentlichen Prozeßregeln zur Einreichung einer Klagebeantwortung, Replik oder Duplik berechtigt sind, innerhalb der für diese vorgeschriebenen Fristen tun.

If either Government Agent or any party wishes to deliver any further statement of facts, evidence or reasoned argument he shall only be at liberty to do so by leave of the Tribunal.

K. The Tribunal may in any particular claim or case at the request of both parties direct that written proceedings shall not be delivered and determine the claim or case upon the documents evidence or other material filed with or in the possession of the Clearing Offices.

L. The Secretariat will give notice to the respective Government Agents and parties when the claim or case has been entered in the list of cases ready for decision.

M. After the expiration of the periods of time provided for delivery of written proceedings or for any application to the Tribunal, the Tribunal will without further notice consider and determine the claim or case on the written proceedings and documentary evidence which shall have been delivered, without hearing the parties or calling evidence, unless the Tribunal for any reason decide otherwise.

N. The Tribunal may of its own motion in any claim or case at any stage of the proceedings require evidence or information on any point, or determine that evidence shall be taken on commission, or that the parties shall give evidence orally before the Tribunal, or that the Government Agents or the parties shall be permitted to call witnesses and either by themselves or by counsel or other recognised advocate present their claim or case.

O. The Ordinary Rules of Procedure of the Tribunal shall equally apply to all claims and cases which are subject to the Rules of Summary Procedure except in so far as the Ordinary Rules are expressly or by necessary implication excluded or varied by the Rules of Summary Procedure.

P. The Tribunal may of its own motion at any stage of the proceedings determine that any claim or case shall not be subject to the Rules of Summary Procedure, and thereafter such claim or case shall be dealt with as though a Summary Notice had not been given.

Berlin, den 27. Februar 1925.

Wünscht ein Staatsvertreter oder eine Partei weitere tatsächliche Behauptungen, Beweismittel oder Rechtsausführungen einzureichen, so kann dies nur mit besonderer Erlaubnis des Schiedsgerichts geschehen.

K. Der Gerichtshof kann in jeder Sache auf gemeinsamen Antrag der Parteien anordnen, daß Schriftsätze nicht eingereicht werden sollen, und den Fall auf Grund der Urkunden, Beweismittel oder sonstigen Unterlagen entscheiden, welche bei den beiderseitigen Ausgleichsämtern vorhanden sind.

L. Das Sekretariat gibt den beiderseitigen Staatsvertretern und den Parteien Nachricht, sobald der Fall in die Liste der entscheidungsreifen Sachen eingetragen ist.

M. Nach Ablauf der Fristen für die Einreichung von Schriftsätzen oder von Anträgen an den Gerichtshof prüft und entscheidet der Gerichtshof ohne weitere Benachrichtigung und ohne mündliche Verhandlung und Zeugenvernehmung den Fall auf Grund der ihm eingereichten Schriftsätze und Beweismittel. Eine Abweichung von diesem Verfahren kann der Gerichtshof aus besonderen Gründen jederzeit beschließen.

N. Der Gerichtshof kann von sich aus in jeder Sache, in jeder Lage des Verfahrens alle ihm dienlich erscheinenden Beweise oder Aufklärungen einfordern. Er kann beschließen, daß Zeugenbeweis im Wege der Rechtshilfe aufgenommen werden soll oder daß die Parteien vor Gericht vernommen werden sollen. Er kann ferner den Staatsvertretern oder den Parteien gestatten, Zeugen zu stellen und die Sache entweder selbst oder durch Rechtsanwälte oder andere anerkannte Rechtsbeistände vorzutragen.

O. Die Regeln über das ordentliche Verfahren des Gerichtshofs sind auch für die im summarischen Verfahren zu erledigenden Sachen anzuwenden, soweit sie nicht ausdrücklich oder sinngemäß durch die besonderen Regeln für das summarische Verfahren abgeändert oder ausgeschlossen sind.

P. Das Gericht kann von sich aus in jeder Lage des Verfahrens beschließen, daß ein Fall nicht nach den Regeln über das summarische Verfahren zu entscheiden sei. Der Fall ist darauf weiter so zu behandeln, als ob ein Antrag auf summarisches Verfahren nicht gestellt worden wäre.

Der Reichsminister des Auswärtigen
In Vertretung
Schubert

Das Reichsgesetzblatt erscheint in zwei gesonderten Teilen — Teil I und Teil II —. Fortlaufender Bezug **nur** durch die Postanstalten. Der Bezugspreis beträgt für Teil I vierteljährlich 2,00 *RM*, für Teil II vierteljährlich 1,20 *RM*.

Jede (auch jede ältere) Nummer sowie jeder ältere Vierteljahrgang oder Jahrgang kann einzeln durch die Postanstalten oder unmittelbar vom Gesetzsammlungsamt, Berlin NW, Scharnhorststr. 4, bezogen werden. Der Preis wird nach Bogen berechnet.

Herausgegeben vom Reichsministerium des Innern. — Gedruckt in der Reichsdruckerei, Berlin.

Reichsgesetzblatt

Teil II

1925	Ausgegeben zu Berlin, den 7. März 1925	Nr. 12

Inhalt: Gesetz zu dem deutsch-tschechoslowakischen Abkommen über Erleichterungen im Grenzverkehre. S. 103 — Bekanntmachung, betreffend die Ratifikation des am 10. Februar 1925 unterzeichneten Vertrags zwischen Deutschland und Litauen zur Ausführung der Artikel 8 bis 10 der Konvention über das Memelgebiet vom 8. Mai 1924 (Optionsvertrag). S. 107.

Gesetz zu dem deutsch-tschechoslowakischen Abkommen über Erleichterungen im Grenzverkehre. Vom 6. März 1925.

Der Reichstag hat das folgende Gesetz beschlossen, das mit Zustimmung des Reichsrats hiermit verkündet wird:

Artikel 1

Dem in Troppau am 4. März 1924 unterzeichneten Abkommen zwischen dem Deutschen Reiche und der Tschechoslowakischen Republik über Erleichterungen des Grenzverkehrs zwischen dem Gebiete des Deutschen Reichs und dem durch den Versailler Vertrag an die Tschechoslowakische Republik übergegangenen Gebiete wird zugestimmt. Das Abkommen wird nachstehend veröffentlicht.

Artikel 2

Dieses Gesetz tritt mit dem auf die Verkündung folgenden Tage in Kraft.

Berlin, den 6. März 1925.

In Vertretung des Reichspräsidenten gemäß Artikel 51 der Reichsverfassung

Der Reichskanzler
Dr. Luther

Der Reichsminister des Auswärtigen
Stresemann

Abkommen

zwischen dem Deutschen Reiche und der Tschechoslowakischen Republik über Erleichterungen des Grenzverkehrs zwischen dem Gebiete des Deutschen Reichs und dem durch den Versailler Vertrag an die Tschechoslowakische Republik übergegangenen Gebiete.

Das Deutsche Reich einerseits und die Tschechoslowakische Republik andererseits, von dem Wunsche geleitet, den Grenzverkehr zwischen dem Gebiete des Deutschen Reichs und dem durch den Versailler Vertrag an die Tschechoslowakische Republik übergegangenen Gebiete tunlichst zu erleichtern, haben behufs Abschlusses eines entsprechenden Abkommens zu Bevollmächtigten bestellt, und zwar:

das Deutsche Reich den Gesandten Dr. Paul Eckardt,

die Tschechoslowakische Republik den Sektionschef Ingenieur Václav Roubík.

ÚMLUVA

mezi Německou Říší a Československou Republikou o úlevách pohraničního styku mezi územím Německé Říše a územím, které Versaillskou smlouvou připadlo Československé Republice.

Německá Říše se strany jedné a Československá Republika se strany druhé vedeny jsouce přáním, aby pohraniční styk mezi územím Německé Říše a mezi územím, které Versaillskou smlouvou připadlo k Československé Republice byl co možno usnadněn, ustanovily k cíli sjednání příslušné úmluvy plnomocníky a to:

Německá Říše vyslance Dr. Paula Eckardta,

Československá Republika odborového přednostu inženýra Václava Roubíka.

Die Bevollmächtigten sind nach Prüfung ihrer in guter und richtiger Form befundenen Vollmachten über folgendes übereingekommen:

Abschnitt I.

Zollstraßen und sonstige Grenzübergänge.

Artikel 1

(1) Von den beiden vertragschließenden Teilen werden außer dem Eisenbahnübergange Kranowitz–Kuchelna bis auf weiteres Übergänge mit ständiger Zoll- und Paßkontrolle auf den nachstehend bezeichneten Straßen zugelassen, die über die Grenze zwischen dem Gebiete des Deutschen Reichs und dem durch den Versailler Vertrag der Tschechoslowakischen Republik zugefallenen Gebiete führen:

1. Annaberg–Schillersdorf,
2. Ruderswald–Haatsch,
3. Ruderswald–Rakowiec–Schillersdorf,
4. Dedowitschhof–Haatsch,
5. Owschütz–Sandau,
6. Kranowitz–Kuchelna,
7. Schammerwitz–Zauditz,
8. Katscher–Thröm,
9. Steuberwitz–Zauditz,
10. Steuberwitz–Schreibersdorf.

Soweit die hierfür notwendigen Einrichtungen noch nicht bestehen, sind sie sobald als möglich zu schaffen. Eine Ergänzung oder Veränderung des vorstehenden Verzeichnisses bleibt dem Einvernehmen der deutschen Provinzialzollbehörde mit der tschechoslowakischen Finanzlandesbehörde vorbehalten.

(2) Soweit die im vorstehenden bezeichneten Zollstraßen gleichzeitig Grenzwege, d. h. Wege sind, deren Mittellinie die Grenze bildet, gilt das auf diesen Straßen beförderte Gut als im Entsendestaat befindlich.

Artikel 2

Die Zulassung von Grenzübergängen ohne ständige Zoll- und Paßkontrolle unter Beobachtung der für den Grenzverkehr außerhalb der Zollstraßen bestehenden Bestimmungen erfolgt auf Grund einer Vereinbarung der im Artikel 1 Abs. 1 bezeichneten Behörden.

Abschnitt II.

Grenzerleichterungen.

Artikel 3

Die Festsetzung allgemeiner Paßerleichterungen im Grenzverkehre zwischen den im Artikel 1 angegebenen Gebieten bleibt einer Verständigung der beiderseitigen höheren Verwaltungsbehörden vorbehalten.

Artikel 4

Der Durchgangsverkehr auf der Kunststraße Schammerwitz–Zauditz–Steuberwitz–Schreibersdorf ist für die Bewohner von Rößnitz, Rohow, Schreibersdorf, Steuberwitz und Zauditz vorbehaltlich der Bestimmungen der Artikel 5, 7 und 11 ungehindert und frei von Abgaben und Ge-

Plnomocníci přezkouševše své plné moci a shledavše je v dobré a náležité formě dohodli se na tomto:

Oddíl I.

Celní cesty a jiné hraniční přechody.

Článek 1

(1) Obě smluvní strany dovolují až na další, kromě železničního přechodu Křenovice-Chuchelná, přechody se stálou celní a pasovou kontrolou na silnicích níže označených, které vedou přes hranici mezi územím Německé Říše a územím přiznaným Versaillskou smlouvou Československé Republice:

1. Annaberk–Šuleřovice,
2. Rudyšvald–Hát,
3. Rudyšvald–Rakowiec–Šileřovice,
4. Dedowitschhof–Hát,
5. Ovsiště–Píšt,
6. Křenovice–Chuchelná,
7. Šamařovice–Sudice
8. Ketř–Třeboň,
9. Stibořice–Sudice,
10. Stibořice–Nebožtice.

Pokud není ještě zařízení k tomu potřebných jest je opatřiti co možná nejdříve. Doplnění neb změna předchozího seznamu vyhražuje se dohodě německého provinciálního celní ho úřadu s československým zemským finančním úřadem.

(2) Pokud celní cesty označené v předchozím odstavci jsou zároveň pohraničními cestami t. j. cestami, jejichž střední čára tvoří hranici, platí zboží dopravované po těchto silnicích za zboží jdoucí ve vlastním státě.

Článek 2

Otevření hraničních přechodů bez stálé celní a pasové kontroly za šetření ustanovení platných pro pohraniční styk mimo celní cesty, provede se dohodou úřadů uvedených ve článku 1 odstavec 1.

Oddíl II.

Pohraniční úlevy.

Článek 3

Stanovení všeobecných pasových úlev v pohraničním styku mezi územími uvedenými v článku 1 vyhraženo jest dohodě vyšších úřadů správních obou stran.

Článek 4

Průvozní styk na silnici Šamařovice–Sudice–Stibořice–Nebožtice jest pro obyvatele obcí Nebožtic, Rohova, Rozumic, Stibořic a Sudic s výhradou ustanovení článků 5, 7 a 11 volný a osvobozen od dávek a poplatků všeho druhu.

bühren jeder Art. Dasselbe gilt für den Durchgangsverkehr auf der Kunststraße Katscher–Thröm–Zauditz–Steuberwitz–Schreibersdorf für die Bewohner der Orte Schreibersdorf, Steuberwitz und Thröm und auf dem Wege von Rakowiec nach Haatsch über Ruderswald zwischen den Grenzsteinen Nr. 11 und Nr. 15 für die Bewohner von Haatsch und Schillersdorf.

Artikel 5

(1) Der im Artikel 4 erwähnte Durchgangsverkehr kann zu Fuß, zu Pferde, zu Rad oder zu Wagen, jedoch nicht im Kraftfahrzeug erfolgen. Er unterliegt der beiderseitigen zollamtlichen Überwachung. Die Abfertigung bei den Zollstellen erfolgt während der Dienststunden. Sie geschieht kostenlos und gebührenfrei, jedoch behalten sich die beiden vertragschließenden Teile vor, nach Ablauf von 10 Jahren nach Inkrafttreten dieses Abkommens etwa dann bestehende statistische Gebühren zu erheben.

(2) Bezüglich der Art der Ausübung der zollamtlichen Überwachung sowie hinsichtlich der Gleichmäßigkeit der Dienststunden treffen die im Artikel 1 Abs. 1 bezeichneten Behörden die erforderlichen Vereinbarungen.

(3) Um den Besuch der Märkte in Katscher, Ratibor und Troppau zu erleichtern, werden die im Artikel 1 Abs. 1 bezeichneten Behörden im gegenseitigen Benehmen Ausführungsbestimmungen erlassen, die den Durchgangsverkehr zu bestimmten Zeiten auch außerhalb der Dienststunden, jedoch nur während der Tageszeit und, soweit tunlich, gesammelt zu einer festgesetzten Stunde unter kostenloser Zollbegleitung ermöglichen.

Artikel 6

(1) Die Bewohner von Steuberwitz dürfen den Markt in Katscher und die Bewohner von Thröm dürfen den Markt in Troppau auf dem Verbindungswege Steuberwitz–Thröm besuchen. Die nähere Regelung erfolgt durch Vereinbarung der im Artikel 1 Abs. 1 bezeichneten Behörden unter Zugrundelegung der im Artikel 5 enthaltenen Bestimmungen.

(2) Für den Fall, daß der Verbindungsweg Steuberwitz–Thröm nach Artikel 1 Abs. 1 zur Zollstraße erklärt wird, soll auf ihm für die Bewohner von Schreibersdorf, Steuberwitz und Thröm ein Durchgangsverkehr gestattet sein, wie er im Artikel 4 vorgesehen ist.

Artikel 7

Die in dem Gebiete des einen der vertragschließenden Teile wohnenden Personen, die von den ihnen nach den Artikeln 4 bis 6 zustehenden Vergünstigungen Gebrauch machen, müssen sich den beiderseitigen Grenzaufsichtsorganen auf Verlangen jederzeit durch Vorlegung eines gültigen, von der Behörde des anderen Teiles visierten Passes oder Übertrittscheins ausweisen und sich der zollamtlichen Überwachung unterziehen.

Artikel 8

Der zwischen den Grenzsteinen Nr. 33 bis Nr. 36 auf tschechoslowakischem Gebiete liegende Weg südwestlich von Owschütz darf deutscherseits und der zwischen den

Totéž platí pro průvozní styk na silnici Ketř–Třeboň–Sudice–Stibořice–Nebožtice pro obyvatele obcí Nebožtic, Stibořic a Třeboně a na cestě z Rakowiece do Hátě přes Rudyšvald mezi hraničními kameny číslo 11 a číslo 15 pro obyvatele Hátě a Šuleřovic.

Článek 5

(1) Průvozní styk zmíněný ve článku 4 může se díti pěšky, koňmo, na kole neb povozem, nikoliv však silostrojem. Tento styk podléhá kontrole celních úřadů obou stran. Odbavování u celních úřadů děje se v úředních hodinách. Toto odbavování provádí se zdarma a bez vybírání poplatků, avšak obě smluvní strany si vyhrazují po uplynutí 10 let od doby, kdy tato úmluva vstoupí v platnost, vybírati toho času případně zavedené statistické poplatky.

(2) O způsobu vykonávání celní kontroly jakož i stran stejnoměrné úpravy úředních hodin dohodnou se dle potřeby úřady označené v článku 1 odstavec 1.

(3) Aby se usnadnila návštěva trhů v Ketři, Opavě a Ratiboři, vydají úřady označené v odstavci 1 článku 1, dohodnouce se navzájem, prováděcí nařízení jimiž by byl umožněn průvozní styk v určitých časových obdobích též mimo úřední hodiny, avšak jen v době denní a pokud možno soustředěně ve stanovenou hodinu za bezplatného celního doprovodu.

Článek 6

(1) Po cestě vedoucí ze Stibořic do Třeboně dovoluje se novštěvovati obyvatelům Stibořic trh v Ketři a obyvatelům Třeboně trh v Opavě. Bližší úprava stane se dohodou úřadů označených v článku 1 odstavec 1 na základě ustanovení obsažených v článku 5.

(2) Bude-li cesta spojující Stibořice s Třeboní prohlášena podle článku 1 odstavec 1 za cestu celní, dovoluje se po ní obyvatelům Nebožtic, Stibořic a Třeboně průvozní styk jak ho upravuje článek 4.

Článek 7

Chtějí-li osoby bydlící na území jedné ze smluvních stran použíti výhod přiznaných jim dle článku 4—6, musí se kdykoliv na požádání vykázati pohraničním dozorčím orgánům obou stran platným, úřadem druhého státu vidovaným pasem nebo pohraniční přepustkou a podrobiti se celní kontrole.

Článek 8

Smí se používati z německé strany cesty ležící mezi hraničníky číslo 33 až 36 na československém území jihozápadně Ovsiště a z československé

Grenzsteinen Nr. 155 bis Nr. 159 auf deutschem Gebiete liegende Weg südöstlich des Rößnitzer Busches darf tschechoslowakischerseits von den Besitzern der anstoßenden Grundstücke sowie von ihren Angehörigen und Arbeitern zu Fuß, zu Pferde, zu Rad oder zu Wagen unter den für den Grenzverkehr außerhalb der Zollstraßen bestehenden Bestimmungen benutzt werden.

Artikel 9

Für Arbeiter, die sich aus einem der im Artikel 1 bezeichneten Gebiete regelmäßig zur Arbeit in das andere Gebiet oder durch dieses in das Gebiet eines dritten Staates begeben, werden besondere Paßerleichterungen für den Grenzübertritt gewährt werden, über deren Einzelheiten sich die beiderseitigen höheren Verwaltungsbehörden verständigen werden.

Artikel 10

(1) Die Verwaltung des Kuchelnaer Forstes darf aus dem südwestlich von Owschütz gelegenen Teile des Waldgeländes, das durch die Grenzziehung von der Gemarkung Owschütz abgetrennt und der Tschechoslowakischen Republik zugeteilt worden ist, den normalen Ertrag von Holz frei von Ausfuhrgebühren auch außerhalb der Zollstraße aus dem Gebiete der Tschechoslowakischen Republik ausführen. Die Erhebung von statistischen Gebühren wird hierdurch nicht berührt. Der jährliche Höchstbetrag an Holz, der ausgeführt werden darf, wird auf Grund der Angaben der vorbezeichneten Verwaltung von der Landesforstinspektion in Troppau festgesetzt werden.

(2) Die Ausfuhr unterliegt der zollamtlichen Anmeldung in Haatsch. Hinsichtlich der Überwachung treffen die im Artikel 1 Abs. 1 bezeichneten Behörden entsprechende Verfügungen.

Artikel 11

(1) Die in diesem Abkommen enthaltenen Bestimmungen beziehen sich nicht auf Kriegsbedarf oder auf Sachen, die Gegenstand von Staatsmonopolen sind.

(2) Verkehreinschränkungen sowie Ein-, Aus- und Durchfuhrverbote, die nach den jeweils geltenden Gesetzen oder internationalen Vereinbarungen aus Gründen der öffentlichen Sicherheit zur Verhütung gesundheitlicher Schädigungen von Menschen, Tieren und Pflanzen oder aus anderen polizeilichen Rücksichten verfügt sind, werden durch dieses Abkommen nicht berührt.

(3) Die von einem Teile nach Abs. 2 beabsichtigten Maßnahmen sind unverzüglich der höheren Verwaltungsbehörde sowie der im Artikel 1 Abs. 1 bezeichneten Behörde des anderen Teiles anzukündigen.

Abschnitt III.

Allgemeine und Schlußbestimmungen.

Artikel 12

Die erforderlichen Ausführungsbestimmungen werden von beiden vertragschließenden Teilen, wenn nötig, im Einvernehmen erlassen werden. Das gleiche gilt für die Anordnungen und Maßnahmen, die geboten sind, um eine mißbräuchliche Ausnutzung der vereinbarten Vergünstigungen zu verhindern.

strany cesty ležící mezi hraničními kameny číslo 155 až číslo 159 na německém území jihovýchodně rozumického háje: držitely přilehlých pozemků jakož i příslušníky jejich rodin a jich dělníky pěšky, kolmo, na kole nebo povozem za podmínek platných pro pohraniční styk mimo celní cesty.

Článek 9

Dělníkům, kteří se z území označeného v článku 1 odebírají pravidelně na práci do druhého území anebo tímto do území státu třetího, poskytnou se zvláštní pasové úlevy pro přechod hranice, o jejichž podrobnostech se dohodnou vyšší správní úřady obou stran.

Článek 10

(1) Správa Chuchelnského lesního revíru smí z lesního oddělu, ležícího jihozápadně Ovsiště, odloučeného vedením hranice od katastrálního obvodu Ovsiště a přiděleného Československé Republice, vyvážeti normální těžbu dříví z Československé Republiky bez vývozních poplatků také mimo celní cesty. Vybírání statistických poplatků není tím dotčeno. Nejvýš přípustné množství dříví v roce, které smí býti vyváženo, ustanoví na základě údajů shora jmenované správy zemská lesní inspekce v Opavě.

(2) Vývoz jest hlásiti u celního úřadu v Háti. Stran kontroly učiní příslušné opatření úřady uvedené v článku 1 odstavec 1.

Článek 11

(1) Ustanovení v této úmluvě obsažená netýkají se válečných potřeb ani věcí, které jsou předmětem státních monopolů.

(2) Dopravní omezení jakož i zákazy dovozu, vývozu a průvozu, vydané podle zákonů platných v době o kterou jde nebo podle mezinárodních úmluv z důvodů veřejné bezpečnosti k zamezení škod na zdraví lidí, zvířat a rostlin neb z jiných policejních ohledů, nejsou touto úmluvou dotčeny.

(3) Opatření zamýšlená jednou stranou podle odstavce 2 jest bez průtahu oznámiti vyššímu správnímu úřadu strany druhé, jakož i úřadu této strany uvedenému v článku 1 odstavec 1.

Oddíl III.

Všeobecná a závěrečná ustanovení.

Článek 12

Potřebná prováděcí ustanovení budou vydána oběma smluvními stranami podle potřeby v dohodě. Totéž platí pro ustanovení, a opatření, kterých jest třeba, aby bylo zabráněno zneužívání smluvených výhod.

Artikel 13

(1) Zur Zeit der Unterzeichnung dieses Abkommens ist die im Artikel 1 Abs. 1 bezeichnete deutsche Provinzialzollbehörde die Abteilung für Zölle und Verbrauchssteuern des Landesfinanzamts Oberschlesien in Neisse, die tschechoslowakische Finanzlandesbehörde die Finanzdirektion in Troppau; die in den Artikeln 3, 9 und 11 erwähnten höheren Verwaltungsbehörden sind der Regierungspräsident in Oppeln und der Präsident der politischen Landesverwaltung in Troppau.

(2) Veränderungen der vorbezeichneten Behörden werden sich die vertragschließenden Teile gegenseitig mitteilen.

Artikel 14

(1) Dieses Abkommen, das in deutscher und in tschechoslowakischer Urschrift gefertigt worden ist, soll ratifiziert und die Ratifikationsurkunden sollen sobald als möglich in Berlin ausgetauscht werden.

(2) Das Abkommen tritt einen Monat nach dem Austausch der Ratifikationsurkunden in Kraft.

Zu Urkund dessen haben die Bevollmächtigten das gegenwärtige Abkommen unterzeichnet und mit ihrem Siegel versehen.

Geschehen in Troppau, den 4. März 1924.

Dr. Paul Eckardt, m. p.
Ing. Václav Roubík, m. p.

Článek 13

(1) V době podepsání, této úmluvy jest německým provinciálním celním úřadem míněným v článku 1 odstavec 1 odděleni pro cla a spotřební daně zemského finančního úřadu pro Horní Slezsko v Nise, československým finančním zemským úřadem finanční ředitelství v Opavě; vyššími správními úřady míněnými v článcích 3, 9 s 11 jsou vládní president v Opolí a president zemské správy politické v Opavě.

(2) Změny shora uvedených úřadů oznámí sobě smluvní strany navzájem.

Článek 14

(1) Tato úmluva, která byla podepsána v německém a československém prvopise, budiž ratifikována a ratifikační listiny budtež co nejdříve v Berlíně vyměněny.

(2) Umluva nabude platnosti za měsíc od výměny ratifikačních listin.

Čemuž na svědomí podepsali zmocněnci tuto úmluvu a připojili své pečeti.

Dáno v Opavě, dne 4. března 1924.

Dr. Paul Eckardt, m. p.
Ing. Václav Roubík, m. p.

Bekanntmachung, betreffend die Ratifikation des am 10. Februar 1925 unterzeichneten Vertrags zwischen Deutschland und Litauen zur Ausführung der Artikel 8 bis 10 der Konvention über das Memelgebiet vom 8. Mai 1924 (Optionsvertrag). Vom 28. Februar 1925.

Der am 10. Februar 1925 in Berlin unterzeichnete Vertrag zwischen Deutschland und Litauen zur Ausführung der Artikel 8 bis 10 der Konvention über das Memelgebiet vom 8. Mai 1924 (Optionsvertrag) (Reichsgesetzbl. 1925 II S. 59) ist ratifiziert worden. Der Austausch der Ratifikationsurkunden hat am 21. Februar 1925 in Kowno stattgefunden.

Berlin, den 28. Februar 1925.

Der Reichsminister des Auswärtigen
Stresemann

Das Reichsgesetzblatt erscheint in zwei gesonderten Teilen — Teil I und Teil II —. Fortlaufender Bezug **nur** durch die Postanstalten. Der Bezugspreis beträgt für Teil I vierteljährlich 2,00 RM, für Teil II vierteljährlich 1,20 RM.

Jede (auch jede ältere) Nummer sowie jeder ältere Vierteljahrgang oder Jahrgang kann einzeln durch die Postanstalten oder unmittelbar vom Gesetzsammlungsamt, Berlin NW, Scharnhorststr. 4, bezogen werden. Der Preis wird nach Bogen berechnet.

Herausgegeben vom Reichsministerium des Innern. — Gedruckt in der Reichsdruckerei, Berlin.

Reichsgesetzblatt

Teil II

1925	Ausgegeben zu Berlin, den 10. März 1925	Nr. 13

Inhalt: Gesetz über die Fortgewährung der Meistbegünstigung an die Tschechoslowakische Republik. S. 109.

Gesetz über die Fortgewährung der Meistbegünstigung an die Tschechoslowakische Republik. Vom 2. März 1925.

Der Reichstag hat das folgende Gesetz beschlossen, das mit Zustimmung des Reichsrats hiermit verkündet wird:

Artikel 1

Dem am 15. Februar 1924 ausgetauschten Notenwechsel zwischen Vertretern der Deutschen Regierung und der Tschechoslowakischen Regierung wird zugestimmt.
Der Notenwechsel wird nachstehend veröffentlicht.

Artikel 2

Dieses Gesetz tritt mit dem auf die Verkündung folgenden Tage in Kraft.

Berlin, den 2. März 1925.

In Vertretung des Reichspräsidenten gemäß Artikel 51 der Reichsverfassung

Der Reichskanzler
Dr. Luther

Der Reichsminister des Auswärtigen
Stresemann

Notenwechsel
zwischen Vertretern der Deutschen Regierung und der Tschechoslowakischen Regierung.

Berlin, den 15. Februar 1924.

Herr Legationsrat!

Im Hinblick auf die Vereinbarung im Artikel 10 Abs. 1 des in Prag am 29. Juni 1920 geschlossenen Abkommens ist meine Regierung bereit, solange das genannte Abkommen in Gültigkeit ist und die dort seitens der Tschechoslowakischen Regierung zugestandene Meistbegünstigung fortgewährt wird, auch ihrerseits in gleichem Umfang der Tschechoslowakei die Meistbegünstigung zu gewähren. Meine Regierung ist ferner bereit, vorstehende Zusage den gesetzgebenden Körperschaften zur verfassungsmäßigen Genehmigung alsbaldigst vorzulegen, um das rechtzeitige Inkrafttreten einer derartigen Vereinbarung, spätestens am 10. Januar 1925, sicherzustellen.

Indem ich Sie, Herr Legationsrat, bitte, hiervon namens Ihrer Regierung Kenntnis zu nehmen, benutze ich diese Gelegenheit, Ihnen den Ausdruck meiner vorzüglichsten Hochachtung zu erneuern.

gez. von Stockhammern,
Ministerialdirektor

An
den Vorsitzenden der Tschechoslowakischen Delegation
für die tschechoslowakisch-deutschen Verhandlungen,
Herrn Legationsrat Dr. Vincent Ibl, hier.

Berlin, den 15. Februar 1924.

Herr Ministerialdirektor!

Mit Note vom heutigen Tage haben Sie mir mitgeteilt, daß im Hinblick auf die Vereinbarung im Artikel 10 Abs. 1 des in Prag am 29. Juni 1920 geschlossenen Abkommens Ihre Regierung bereit ist, solange das genannte Abkommen in Gültigkeit ist und die dort seitens meiner Regierung zugestandene Meistbegünstigung fortgewährt wird, auch Ihrerseits in gleichem Umfang der Tschechoslowakei die Meistbegünstigung zu gewähren. Ihre Regierung ist ferner bereit, vorstehende Zusage den gesetzgebenden Körperschaften zur verfassungsmäßigen Genehmigung alsbaldigst vorzulegen, um das rechtzeitige Inkrafttreten einer derartigen Vereinbarung, spätestens am 10. Januar 1925, sicherzustellen.

Indem ich von Vorstehendem namens meiner Regierung Kenntnis nehme, benutze ich diese Gelegenheit, um Ihnen, Herr Ministerialdirektor, den Ausdruck meiner vorzüglichsten Hochachtung zu erneuern.

gez. Ibl,
Legationsrat

An
den Vorsitzenden der Deutschen Delegation für die deutsch-tschechoslowakischen Verhandlungen, Herrn Ministerialdirektor Karl von Stockhammern,
hier.

Das Reichsgesetzblatt erscheint in zwei gesonderten Teilen — Teil I und Teil II —. Fortlaufender Bezug **nur** durch die Postanstalten. Der Bezugspreis beträgt für Teil I vierteljährlich 2,00 *RM*, für Teil II vierteljährlich 1,20 *RM*.

Jede (auch jede ältere) Nummer sowie jeder ältere Vierteljahrgang oder Jahrgang kann einzeln durch die Postanstalten oder unmittelbar vom Gesetzsammlungsamt, Berlin NW, Scharnhorststr. 4, bezogen werden. Der Preis wird nach Bogen berechnet.

Herausgegeben vom Reichsministerium des Innern. — Gedruckt in der Reichsdruckerei, Berlin.